

AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1.604.195 - PR (2016/0126349-3)

RELATOR : MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
AGRAVANTE : LUIZ FERREIRA DOS SANTOS
ADVOGADO : WILLYAN ROWER SOARES E OUTRO(S) - PR019887
AGRAVADO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

DECISÃO

PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. REAFIRMAÇÃO DA DER. IMPLEMENTO DOS REQUISITOS NO CURSO DA AÇÃO. ATO DE AFETAÇÃO PELO COLEGIADO DA PRIMEIRA SEÇÃO DO STJ. OBSERVÂNCIA DO ARTIGO 1.036, § 5º. DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL E EMENDA REGIMENTAL 24 DO RISTJ.

1. Cuida-se de Agravo Interno opostos por LUIZ FERREIRA DOS SANTOS contra a decisão que negou provimento ao seu Recurso Especial, nos termos da seguinte ementa:

PREVIDENCIÁRIO. RECURSO ESPECIAL. CÔMPUTO DE TEMPO DE SERVIÇO ESPECIAL. RECONHECIMENTO DE TRABALHO SUJEITO A AGENTES NOCIVOS. INVIABILIDADE DE CONVERSÃO DE TEMPO COMUM EM ESPECIAL QUANDO O REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO OCORRER NA VIGÊNCIA DA LEI 9.032/95. RESP. 1.310.034/PR REPRESENTATIVO DA CONTROVÉRSIA. RESSALVA DO PONTO DE VISTA DO RELATOR. AGRAVO CONHECIDO PARA DAR PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL DO INSS PARA RECONHECER A IMPOSSIBILIDADE DE CONVERSÃO DE TEMPO COMUM EM ESPECIAL. RECURSO ESPECIAL DO SEGURADO A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

2. Sustenta, o agravante omissão na decisão, uma vez que o relator não se manifestou sobre o pedido de reafirmação da DER.

3. É o relatório.

4. Assiste razão ao agravante, merecendo ser sanada a omissão quanto ao pedido de reafirmação da DER.

5. Cinge-se a questão posta na presente demanda sobre a possibilidade de se considerar o tempo de contribuição posterior ao ajuizamento

da ação para fins de cômputo do tempo necessário para a concessão de aposentadoria.

6. A reafirmação da DER ocorre quando se reconhece o benefício previdenciário com base em fato superveniente ao requerimento, fixando-se a data de início do benefício para o momento do adimplemento dos requisitos legais.

7. Ocorre que a Primeira Seção desta Corte, nos autos do REsp. 1.727.069/SP, decidiu que a questão acerca da reafirmação da data de entrada do requerimento (DER) do benefício previdenciário em momento posterior ao ajuizamento da ação será apreciada sob o rito dos recursos repetitivos. Nesse contexto, o julgamento imediato do Recurso Especial seria prematuro.

8. A admissão de Recurso Especial como representativo da controvérsia impõe o sobrestamento dos autos do processo em que foram interpostos recursos na origem, cuja matéria identifique-se com o tema afetado, para que, uma vez concluído o julgamento nesta Corte, seja o inconformismo apreciado na forma do art. 1.036, § 5º. do Código Fux.

9. Em face do exposto, determina-se a devolução dos autos ao Tribunal de origem, com a devida baixa nesta Corte, para que, após a publicação do acórdão representativo da controvérsia: (a) o Recurso Especial tenha seguimento negado, caso o julgamento recorrido esteja em conformidade com a orientação firmada pelo STJ, ou (b) para que ele seja provido, conforme o caso, quando o julgamento recorrido divergir do entendimento firmado nesta Corte Superior de Justiça, nos termos art. 1.036, § 5º. do CPC. Mantendo-se incólumes os demais fundamentos da decisão de fls. 603/613.

10. Publique-se. Intimações necessárias.

Brasília (DF), 07 de fevereiro de 2019.

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
MINISTRO RELATOR